

BAIXA POMBALINA A PATRIMÓNIO MUNDIAL: AINDA É POSSÍVEL?

As conclusões possíveis

Redação: José Aguiar; Vítor Cóias e Ana Paula Amendoeira

O reconhecimento do **valor universal** da Baixa não pode ficar refém de **lutas políticas locais**.

Salvar os valores urbanísticos da Baixa Pombalina pressupõe continuar a inteligência do desenho do plano original que, enquanto processo regulador, tem ainda capacidade para acolher o futuro; como Álvaro Siza Vieira soberbamente demonstrou no seu plano de requalificação da Baixa-Chiado (ainda inacabado).

Importa agora rever o Plano de Salvaguarda, pelo menos para impedirmos um fachadismo excessivo, na repriminção sistemática de edifícios pombalinos e gaioleiros, onde se demoliram as construções originais, por vezes até a fachada – para além do recheio – é demolida para ser depois reconstruída em betão, ou para salvar parcialmente as fachadas mas para se desenhar novos edifícios... mas sem direito a possuírem um rosto contemporâneo.

Se a Baixa aspirar ainda a inscrição na lista do Património mundial da UNESCO o atual Plano de Salvaguarda e Valorização da Baixa poderá, ou deverá/terá, de ser suplementado por aspetos específicos que a UNESCO estabelece – diga-se em aparentemente imprescindibilidade – nos conteúdos do que hoje chama Plano de Gestão. Um plano que aprofunda, ainda mais e no interesse da conservação e do reuso contemporâneo, as questões da adequabilidade dos programas (usos mais adequados à conservação), num maior determinismo nos modos de intervenção de hoje e de amanhã, definindo os modelos e processos de intervenção arquitetónica e de natureza construtiva que, assegurando segurança e o bom (mais uma vez o adequado) uso, promovam a continuidade dos elementos autênticos, dos diversos tempos, que ainda conseguem persistir, apesar da extensiva transformação.

A candidatura da Baixa pode ser o primeiro passo para se concretizar uma ambição mais ampla: a de uma candidatura a património mundial de diversos núcleos urbanos históricos de Lisboa que, no seu conjunto, definem uma continuidade urbana quase única no mundo. Lisboa é uma das poucas cidades capitais Europeias que não foi devastada pela guerra, onde ainda persiste: a cidade islâmica, das judiarias e da cidade da reconquista (Mouraria, Alfama e Castelo); a cidade dos Descobrimentos (do Bairro Alto à Madragoa); a cidade Barroca (da monumentalidade que resta à infra-estruturação fundamental do Aqueduto); a cidade iluminista (do Pombalismo); do Romantismo ao Modernismo (Avenida, Colina de Sant'Ana, das Avenidas Novas à Alameda e à Avenida de Roma).

A Arquitetura da Baixa Pombalina é um sistema que regula múltiplas dimensões, articulando de uma forma coerente as dimensões urbanas, sistemas de espaços públicos, tipologias de espaços e tipologias construtivas, linguagens e gramáticas formais estreitamente vinculadas a tecnologias, materialidades e detalhes da arte da construção.

Na Lisboa Pombalina persistem, como no resto da cidade histórica, outras Lisboas ocultas: uma complexa arqueologia urbana que não existe apenas no subsolo mas que, surpreendentemente, se prolonga por muros e paredes. Mesmo com a radicalidade do projeto da Baixa, obedeceu-se mais vezes do que se pensa, à prática ancestral de aproveitar tudo aquilo que ainda tinha valia, ou que se impunha pelo seu valor construtivo ou artístico, algo que hoje, infelizmente, parece esquecido. Estas sobrevivências engrandecem a cidade, dão-lhe expressão e sentido histórico, sendo uma mais-valia para o projeto de reabilitação (mesmo em termos económicos), mas estes vestígios delicados só podem ser compreendidos e valorizados quando se faz obra cuidada.

Para a complexidade de Lisboa, que é um palimpsesto, um livro feito de muitos livros, o Fachadismo é como uma terrível estrela morta, um buraco negro que suga e faz desaparecer do futuro a história de todas as vidas que, como as nossas, aqui tiveram, têm e deveriam poder ainda ter... lugar! E houve aqui tantas vidas que terminaram tão abruptamente: a Baixa é testemunho de um dos maiores Terramotos de sempre, de onde a cidade renasceu, rejuvenescida e anunciando ao mundo a cidade e as arquiteturas da Modernidade.

Disse o poeta: Caminha-se caminhando; Disseram aqui os arquitetos (poetas) que, na Baixa importa caminhar e medir... com cautela, mas com toda a inteligência do desenho que aspira à inteligência; parafraseando Siza que insiste em lembrar-nos que o desenho é o desejo da inteligência, ou, como Leonardo Da Vinci dizia, que o desenho é coisa mental!

Conservar e reabilitar hoje património (urbano e arquitetónico) obriga-nos a procurar projetos capazes de fazer com menos dinheiro... mas com muito mais cuidado, incorporando mais saberes e com o suficiente tempo.

Várias disciplinas lembraram-nos hoje (arquitetos, engenheiros, historiadores e tantos outros) que na Baixa o desenho deve ser sobretudo processo; um processo onde se instaurem métodos de projeto comprometidos com a capacidade de ver e compreender o espírito dos lugares, projetos muito atentos aos diversos valores diversos presentes, dos valores históricos e artísticos aos valores simbólicos e sobretudo, porque estamos na Baixa Pombalina, não descuidando os valores da arte da construção.

Mais que obliterar o construído queremos hoje construir com e no construído. Os valores da arquitetura não residem só na organização dos espaços, no belo desenho das formas; por ser uma arte eminentemente funcional são seus os valores do comprometimento com o interesse social, e sempre dependente das constricções económicas, sobretudo agora perante as possibilidades dos reusos, é também parte da sua arte a fundamental arte da construção.

A construção, no próprio programa edificatório original da Baixa, adquire aqui um valor excecional; na sistematicidade construtiva proposta, na prefabricação inovadora, na revolucionária coordenação dimensional dos elementos e partes; na instauração de soluções estruturais anti-sísmicas, na atenta resolução das seguranças (ao fogo, por exemplo). Dentre as várias inovações, destaca-se a adoção, pela primeira vez de forma deliberada e sistemática, de disposições estruturais anti-sísmicas, fazendo prevalecer, no melhor espírito do iluminismo, uma abordagem racional do comportamento dos edifícios face ao risco de terramotos, baseada no conhecimento então disponível. São exemplos dessas disposições, o reforço das

ligações entre paredes e pavimentos e, sobretudo o sistema de contraventamento das paredes mestras com painéis treliçados de madeira, num conjunto que veio mais tarde a designar-se por “gaiola pombalina”. Citou-se a este propósito, Stephen Tobriner, Professor de História da Arquitetura na Universidade da Califórnia, Berkeley, que considera o sistema de construção antissísmica pombalino o mais avançado do século XVIII.

O desenho – ao que sabemos pela primeira vez na história da Europa – de um plano urbanístico inovador baseado em tipologias verdadeiramente modernas (na predominância do edifício habitacional multifamiliar, que se tornará a base da nossa modernidade) e em sistemas produtivos modernos, configura valores que Lisboa não pode esquecer quando hoje regula os modos do bem fazer futuro, as questões da construtividade são assim essenciais à salvaguarda do património da Baixa.

Sabemos que o tempo não é reversível, assim devemos limitar processos de perda de património, salvando o que é original mas considerando também a matéria, as substâncias, os livros novos escritos sobre os livros antigos, no complexo palimpsesto a que chamamos hoje Baixa Pombalina.

Obviamente importa não descurar as questões de segurança... haverá com toda a certeza mais terremotos, e outros fogos como o do Chiado... o património é tão destruído pelos homens como pelos desastres e cataclismos da superpoderosa natureza; ainda não conhecemos hoje, com suficiente precisão, as condições de segurança da Baixa e importa não desconsiderar a importância da sua resiliência futura, perante tantas ameaças. Neste contexto, foi evidenciada a importância, para a resistência sísmica dos edifícios, das paredes em frontal bem como das ligações entre os diferentes elementos construtivos com função estrutural. Foi igualmente demonstrada a viabilidade de melhorar a resistência dos edifícios através do reforço das referidas paredes e ligações.

Dadas a especificidade das intervenções construtivas e estruturais nos edifícios pombalinos, reconhece-se a necessidade de assegurar a qualificação dos agentes envolvidos a todos os níveis, em particular a especialização dos engenheiros e a adequada capacitação dos arquitetos que projetam, aprovam, dirigem a execução e fiscalizam as intervenções. Quando se trata de intervir no Património, a boa prática é sempre boa engenharia e boa arquitetura, mas a inversa não é verdadeira.

Perguntamos: A Baixa Pombalina a património mundial: ainda é possível? Todos os oradores e todos os que intervieram reafirmaram que sim... que a Baixa é já um momento muito relevante da história da arquitetura e da cidade mundial e que, sem prejuízo de algum trabalho de atualização, a candidatura aprovada em 2005 está muito bem suportada, dado o conhecimento que a sua elaboração obrigou a recolher e sistematizar. Considera-se, portanto, ainda viável a sua inscrição na lista da UNESCO. Foi, no entanto, sublinhado que continua a faltar um Plano de Gestão da Baixa Pombalina, que, como sublinhou Ana Paula Amendoeira, deve traduzir um compromisso de manutenção futura do valor patrimonial. Foi, igualmente, ventilada a possibilidade de tal candidatura poder ser integrada numa visão ainda mais ambiciosa e inclusiva, a de uma candidatura conjunta que abranja também Alfama, Mouraria, Castelo, Bairro Alto, Madragoa, Lapa, Colina de Santana, até a Avenida...

Mas se queremos tanto esta almejada inscrição de Lisboa na lista do património mundial, importa desde já dissociar o interesse atávico e imediatista de classificar, de inscrever uma larga parte da cidade, nessa tão prestigiada honrosa e prestigiada lista e depois iniciarmos a fuga – como o diabo foge da cruz – das implicações concretas do dever de salvaguarda, i.e. da prática efetiva de uma conservação ativa e integrada que assegure e proteja o bem assim universalmente destacado e considerado!!!! Não faz sentido almejar a classificações e depois queixarmo-nos imediatamente de restrições que dizemos excessivas de um “conservadorismo fundamentalista”.

Se reabilitar é restituir a cidade à estima pública (como escreveu-o Maria da Luz Valente Pereira): é fundamental que em todos os processos de reabilitação se garanta a participação e a inclusão dos Lisboaetas. Pouco a pouco a Baixa é devolvida a nosso apreço coletivo, mas é necessário evitar a sua “turistificação”, hoje já claramente sentida devido ao excesso de atividades hoteleiras. No atual PDM existe uma equiparação do uso turístico ao uso habitacional... no entanto quem habita e toma posse deste mundo... não pode ser só o turista. Se o turismo nos dá novas e preciosas oportunidades financeiras e de trabalho, o seu excesso pode impedir os cidadãos de poderem habitar e fazer verdadeiramente sua a sua própria cidade.

Devemos igualmente acautelar os processos de segregação social, de uma *gentrification* que antes era causada pelo excesso de bancos, pelo monolitismo dos escritórios e do comércio, que expulsaram os residentes, e que hoje assume a forma não só dos excessos hoteleiros a que estamos a assistir, mas também do comércio de luxo, dos escritórios e habitações apenas “de gama alta”, já patente nos desígnios dos grandes promotores imobiliários internacionais. Criamos uma nova lógica “de eucalipto”: os hotéis a ocupam (até) quarteirões inteiros “secando” todas as outras atividades económicas antes existentes, muito especialmente o pequeno comércio tradicional, num processo de extinção que as recentes alterações à lei do arrendamento facilitaram muitíssimo.

Porque a essência dos valores da Baixa – mas também das arquiteturas da cidade de Lisboa que mereçam aspirar à lista do património mundial – assume uma densidade que não pode resumir-se, apenas, à salvaguarda epidérmica dos valores de (ou da) “imagem”, importa também acautelar, para além dos processos de regulação da imagem urbana, dos “sky-lanes” de paisagens ditas culturais, que são sempre muito mais do que simples regulações de volumetrias, de materiais e cores das fachadas. Temos de ir mais longe, temos de discutir os usos adequados mas plurais, e, sobretudo, o fundamental direito à cidade e direito à diferença, que nos dão a verdadeira riqueza da cidade e que só podem ser garantidos por uma **reabilitação que seja verdadeiramente integrada e integradora!**